

O ATAQUE ESPECULATIVO AO EURO

por Mário Soares

É bom que os portugueses tomem consciência do que se está a passar no Mundo e nomeadamente na União Europeia, a que pertencemos. Conhecem, obviamente, o que se passa em Portugal, visto sentirem na carne as dificuldades que existem: o desemprego crescente; o alargamento das manchas de pobreza; as pensões que, com maior frequência, conduzem agora à "pobreza envergonhada"; as escandalosas desigualdades sociais; os cortes orçamentais, que se reflectem negativamente nas vidas difíceis dos pequenos funcionários e da classe média baixa; etc. E para agravar a situação, noutra plano, o endividamento externo, público e privado, a dificuldade do crédito externo, até para os bancos, etc.

Contudo, perante uma crise global complexa e com várias dimensões, é muito importante também que haja um conhecimento do que se está a passar nos Estados-membros da União, nas respectivas populações e, nomeadamente, nas da zona euro, que estão a ser atacadas, pelos especuladores, que pretendem destruir o euro e, a partir daí, desintegrar a própria União Europeia, o que - diga-se - seria uma tragédia, não só para a Europa, mas também para o Mundo, em especial o Ocidente, no seu conjunto.

O mais curioso é que os especuladores que pensam ganhar fortunas com a queda do euro, são em grande parte, os mesmos que foram os responsáveis impunes pela crise global, que, como se sabe, se iniciou na América do Norte, em 2008, passou depois para a Europa e vai contaminando muitos outros Estados de todos os Continentes. Agora, sintomaticamente, até o Japão.

Esta segunda fase da crise - que tem a ver com o ataque dirigido ao euro - podia ter sido evitada, desde o início, se a União Europeia tivesse tido a coragem de afirmar a sua solidariedade à Grécia. Hesitou e não o fez. Adiou. A Alemanha - e a Chanceler Merkel em particular - tiveram bastante responsabilidade nesse erro grave e, portanto, no agravamento da crise. Quando muitos Estados-membros da zona euro - mas não só, como o Reino Unido - começam a ser atacados, de forma insidiosa, pelas Agências de Ranking, ao serviço do grande capital especulativo. Resultado: a crise, entrou na sua segunda fase, repito, começou a generalizar-se a Estados como Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, Dinamarca, à França e à própria Alemanha, o Estado mais rico e poderoso da União. O plano de austeridade, duríssimo, lançado há poucos dias, pela Chanceler Merkel, é um exemplo significativo das dificuldades e do desvairo pelos quais estão a passar numerosos Estados da União, que poderiam ter sido evitados - e não foram - se houvesse mais solidariedade e um rumo comum europeu.

Diga-se que, in extremis, foi aprovado um fundo monetário para valer aos Estados-membros em maiores dificuldades. À Grécia, em primeiro lugar. O que, como notaram muitos reputados comentadores europeus e americanos, implica um governo económico europeu, se não mesmo um governo político. Curiosamente, a crise e o estado de necessidade que criou, estão a empurrar a Europa - pelo menos a Europa do euro - no sentido federalista, isto é, para recorrerem, à terminologia dos Pais Fundadores, para qualquer coisa como os "Estados Unidos da Europa". Por mim, sempre pensei que esse seria o caminho...

Mas como conjugá-lo com o Tratado de Lisboa - cuja parte económica é de inspiração neo-liberal - e que criou um Presidente Europeu, Van Rompuy, uma responsável (inglesa) pela diplomacia da União, Catherine Ashton, mantendo a Comissão e o seu Presidente Durão Barroso? Quer dizer, não havia há alguns anos, quem tivesse competência para responder em nome da União (como notou Kissinger) e agora começam a adivinhar-se tensões entre os diferentes três responsáveis...

Para onde caminhamos?

A resposta parece ser clara: ou a União começa a funcionar como um todo solidário e concertado, entre os diferentes Estados-membros, nomeadamente os 16 da zona euro; ou entrará em decadência, que levará à desintegração europeia e ao declínio político e económico, com graves riscos para os Estados-membros, sem excepção. E mais: riscos graves para o Ocidente, incluindo os Estados Unidos, Canadá e a Ibero-América, no seu conjunto. E mesmo para o equilíbrio de um mundo globalizado, em que tudo repercute instantaneamente por todo o lado. Porquê? Porque a União tem sido, na cena internacional, apesar de tudo, um factor de equilíbrio e de referência, muito mais importante do que geralmente se pensa, tanto em defesa da paz, como dos Direitos Humanos, do seu

modelo social e do respeito pelos equilíbrios ecológicos do nosso Planeta, tão ameaçado. Mas também porque é uma das maiores potências económicas e tecnológicas do Mundo.

Mas há outra questão: é que esta crise de ataque especulativo ao euro está, pela força das coisas, a abrir uma brecha entre os Estados-membros da zona euro, dezasseis, obrigados a tomarem medidas drásticas e concertadas e os outros onze, que conservam a sua moeda nacional, embora alguns pertençam ou não ao espaço Schengen. A crise, quer queiramos ou não, está a desenhar uma Europa a duas velocidades, que no passado se temeu por outras razões. Apesar da crise do euro afectar seriamente países que não aderiram à moeda única, como o Reino Unido, cuja libra desceu mais ainda do que o euro. O novo dirigente liberal inglês, Nick Clegg, coligado com os Conservadores, curiosamente, numa entrevista ao El País, mostrou-se muito mais pro-europeísta do que era Gordon Brown, nos seus melhores dias. A necessidade aguça o engenho...

Contudo, a União Europeia, apesar dos problemas gravíssimos que atravessa, não pode nem deve ficar concentrada no seu próprio umbigo. Como dizia Guterres: "há mais vida para além dos deficits". No próximo dia 17 há uma nova - e importante - reunião da União, que espero traga algo de novo e avance mais nas reformas necessárias. Veremos... Não deve, julgo, ficar agarrada tão só às velhas receitas do Banco Central Europeu, insistindo em critérios demasiado economicistas. A recessão espreita-nos. Ora não é reduzindo os deficits e os endividamentos externos que são necessários, que se resolve a crise. É preciso lutar, simultaneamente, contra a recessão, de forma a estimular a economia. Como? Mediante investimentos criteriosos nos sectores certos, que tragam às empresas públicas e privadas maior competitividade, conhecimento dos mercados externos e inovação tecnológica e comercial.

Esperemos que na próxima reunião, os dirigentes da União dêem passos inteligentes em frente porque, como disse Sócrates - com plena razão - a crise europeia só se pode resolver "com mais e melhor Europa". No sentido económico e político institucional, entenda-se.

E Portugal e Espanha?

Celebraram conjuntamente 25 anos - em 12 de Junho passado - em Lisboa e Madrid, o aniversário em que os dois Estados assinaram o Tratado de Adesão à então CEE, hoje, União Europeia. Foi um passo muito significativo da integração europeia quer no plano económico, como político e social, que trouxe aos dois Estados e, sobretudo, às suas populações, muito maior bem-estar, conquistas sociais importantíssimas, nos domínios do trabalho, do ensino para todos, da saúde e da segurança social. Além do enorme progresso material, tecnológico e da reforma das mentalidades, no sentido da modernidade. Deixámos de ser países fechados e isolados e fomos pioneiros de revoluções pacíficas, nomeadamente na Ibero-América. E, se ganhámos muito com a adesão, a verdade é que também demos um grande contributo - que não devemos esquecer - à União Europeia, na reforma das suas instituições e do seu progresso, para que possa ser - como deve - um agente de primeira importância na cena internacional.

Pondo termo às retrógradas e cruéis ditaduras do passado, com a adesão à Europa, Espanha e Portugal foram um exemplo e abriram-se ao mundo, como países atlânticos e mediterrânicos, novas perspectivas de progresso, nomeadamente no seu relacionamento com a Ibero-América, onde deixámos tantas raízes. Portugal também em África - e no Brasil e Timor - no quadro da Lusofonia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tínhamos antes, logo em 1977, rasgado o chamado Pacto Ibérico, subscrito pelos dois ditadores, no tempo do fascismo, subscrevendo o Tratado de Amizade entre os dois Estados, que ainda hoje vigora. Assim, Portugal e Espanha de antigos Estados rivais, onde a desconfiança recíproca era a regra, passaram a Estados fraternos, com excelentes relações entre si, em todos os domínios, e políticas europeias convergentes entre si e não só.

Num momento de crise aguda - que está a marcar negativamente os nossos dois Estados - os dois Governos devem, na minha modesta opinião, convergir no sentido do que desejamos deva ser o futuro da União Europeia. Temos autoridade e vozes prestigiadas para tanto, sem qualquer razão para complexos de inferioridade. Devemos, assim, contribuir para unir mais a União Europeia à Ibero-América e ao nosso velho parceiro e aliado - hoje renovado sob a presidência de Barack Obama - os Estados Unidos. Serão desígnios para os dois Estados Peninsulares essenciais e que nos darão uma enorme mais-valia na União Europeia.

Uma justíssima homenagem

Infelizmente não pude assistir à homenagem feita pela União Latina e pelo Grémio Literário ao Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, como tanto gostava. Trata-se, como se sabe, de uma personalidade ímpar, tanto no plano profissional da arquitectura paisagista, pioneiro em Portugal das preocupações ecológicas, do ordenamento do território e da defesa do nosso mundo rural. Mas também singular pela sua coragem cívica, pela coerência de toda uma vida, e pela sua estatura humana excepcional.

Somos amigos - e pela minha parte rendido admirador - desde os tempos ominosos da ditadura. Ele de firmes convicções monárquicas e eu republicano dos sete costados. Mas isso nunca nos impediu de sermos amigos e de manter, ao longo das nossas vidas, que já vão avançadas, um diálogo sempre tolerante e fecundo, inspirados nos mesmos valores éticos e sempre em defesa da Liberdade.

Lisboa, 15 de Junho de 2010